

ABERTURA SOLENE DAS AULAS 2006/2007

Excelentíssimo Senhor Director Geral do Ensino Superior,
em Representação de Sua Excelência o Senhor Ministro da
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

Senhor representante do Senhor Governador Civil de
Coimbra;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Administração
Regional do Centro;

Magnifico Reitor da Universidade de Coimbra;

Excelentíssimos Directores, Presidentes dos Conselhos
Directivos e representantes das instituições de Ensino
Superior e de Saúde;

Excelentíssimos Senhores Professores, Ex Directores e
Presidentes do Conselho Directivo das Escolas Superiores
de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca e de Bissaya
Barreto;

Senhores Professores, estudantes e não docentes que hoje
são investidos como membros dos Órgão de Gestão da
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Excelentíssimos Senhores Professores

Excelentíssimos Não Docentes

Caros Estudantes

Gostava de começar por cumprimentar e agradecer a todos quantos acederam ao convite para partilhar connosco este momento da vida da nossa Escola.

É com grande satisfação que acolhemos hoje toda a comunidade educativa da ESEnfC e todos os nossos amigos, colaboradores e significativos que connosco quiseram partilhar este momento solene, revestido de tantas singularidades que constituem e estão a fazer a nossa história.

È para nós uma **honra** poder partilhar convosco este momento e poder faze-lo com toda a responsabilidade que o cargo que assumimos e para o qual fomos democraticamente eleita nos exige.

Nesta abertura do ano escolar 2006-2007 coube-nos introduzir a aula a que todos vamos assistir.

Na actual conjuntura mundial, europeia, nacional, do Ensino Superior , da saúde e da Profissão de Enfermagem, muitos seriam os assuntos pertinentes para abordar neste contexto. Porém, entendemos que, face ao actual

momento, não iríamos assistir hoje a uma aula teórica ou teórico-prática, mas sim uma aula de observação participante onde **todos** e ao vivo teríamos a oportunidade de vivenciar e testemunhar um espaço de vida democrática com a tomada de posse dos primeiros órgãos de gestão da ESEnfC. Será uma **aula de prática democrática**.

Ao iniciar propomo-nos apresentar algumas reflexões sobre a pertinência de pensarmos viva e activamente o significado e a importância da democracia nas instituições. Como a devemos viver e que resultados é que esta vivência pode trazer a cada um de nós e para a sociedade em geral.

Todos sabemos que a **democracia** é um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões está com as cidadãs e os cidadãos e que se opõe às formas de ditadura e totalitarismo onde o poder é monopólio de uma elite auto-eleita.

O exercício da democracia implica ruptura com as tradições de poder estabelecidas, numa tentativa de novas determinações, novas normas, novas leis.

Todos sabemos também que existem diferentes formas de **exercício da democracia**, podendo esta ser exercida de forma directa, para alguns intitulada de democracia pura,

ou de forma representativa, também chamada de indirecta, onde as cidadãs e os cidadãos expressam a sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram.

Sabemos ainda que as democracias representativas, ou indirectas, podem, em alguns momentos, incorporar elementos de democracia directa, apelando a que todos manifestem a sua vontade através de referendos. Entendemos que na vida das Escolas estas duas formas de vivência democrática podem e devem coexistir pelas suas características de complementaridade mútua.

É hoje consensual que a **democracia** é a mais potente de todas as ideias motivadoras que a modernidade adoptou. Está associada aos direitos de participação que derivam de um conjunto de liberdades: liberdade de pensar, de exprimir as suas ideias e debatê-las com outras, a que se junta a liberdade de formar e/ou pertencer a grupos ou associações para as mais diversas finalidades.

Consideramos que só a prática efectiva da forma participativa da democracia - i.e, só quando todas as cidadãs e cidadãos visados por determinada decisão, dispõem da oportunidade para influenciar e controlar essa mesma decisão, é que a democracia acontece.

Com isto queremos dizer que não basta o acto de votar conscientemente, ainda que seja um direito de todos os actores educativos. É preciso implicarmo-nos diariamente na vivência das instituições aprendendo, apreendendo e empreendendo, para podermos acompanhar e participar na construção da Escola, que é parte da nossa vida, da nossa **Polis** (Cidade-Estado) e da nossa **Res pública** (coisa pública). Acreditamos ainda que é nos micro-sistemas sociais em que vivemos – como a família, os locais de trabalho e de convívio – que aprendemos a viver e a exercer os verdadeiros princípios democráticos. Esta perspectiva exige, segundo Boaventura de Sousa Santos (2003), que tenhamos de democratizar a democracia, percorrendo os caminhos da democracia participativa.

Caros Estudantes e Caros Colegas,
Prezados Não docentes,
Senhoras e Senhores

Estamos numa instituição pública do sistema educativo, onde se pretende que *“A educação promova o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos e cidadãs capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio*

social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (Artigo 2º da Lei de Bases do Sistema Educativo). Então, o sucesso do regime democrático pode e deve também medir-se pela realização pessoal, académica e profissional dos que à Escola pertencem, contribuindo para a elevação do nível educativo, científico e cultural do país e a realização da plena democracia social e cultural.

Foi com esta Missão que construímos os nossos Estatutos. Foi para isto que houve candidaturas, que votámos e que estamos hoje aqui em festa a assumir as responsabilidades pelo governo da nossa Escola, assumindo a nossa autonomia e procurando aperfeiçoá-la face às mudanças que os novos desafios sociais e educacionais exigem.

Isto só será possível com o assumir das responsabilidades que estão atribuídas aos órgãos e, dentro destes, aos cargos que cada um assume e que são integrados pelos diferentes corpos da comunidade educativa. Todos teremos de responder pelas decisões que tomamos, ainda que estas se coloquem em diferentes patamares.

Entendemos que a autonomia das instituições de ensino superior é um bem precioso, uma oportunidade a potenciar. Seria um erro de graves consequências não a aperfeiçoar, não rever os aspectos que necessitam de mudança, na garantia do respeito pelo núcleo essencial da autonomia de

organização e funcionamento das instituições e respeitando a vocação e a especificidade das mesmas.

Esta orientação pressupõe a responsabilidade no exercício dos cargos, de modo a completar a **autonomia** das instituições com os **deveres** que lhe correspondem. Se a autonomia é a modalidade que julgamos mais adequada para o governo das instituições do ensino superior, somos, porém, nós todos, os seus agentes, os responsáveis pelo alcance dos seus objectivos, pelo cumprimento da sua Missão.

Como instituição de ensino superior, coube-nos definir a nossa Visão e a nossa Missão e, em função destas, escolher o tipo de órgãos que melhor as executem, bem como a respectiva composição e modo de designação dos titulares. Acreditamos que a implementação dos modelos de organização e de gestão que definimos são capazes de responder às necessidades específicas da nossa Escola.

Mas, enquanto Escola, devemos ainda assegurar um forte relacionamento com a sociedade civil, nomeadamente através do Conselho Consultivo que integrará individualidades de reconhecida competência da administração central e ou local, de instituições académicas, de saúde e organizações profissionais, que o Conselho Directivo designará proximamente, ouvida a

Assembleia de Escola, para que seja o garante da ligação à sociedade.

Enquanto instituição do ensino superior, a nossa Escola terá de estabelecer redes e articular-se de um modo particular com a realidade nacional, regional e local, respondendo às necessidades urgentes das comunidades que servimos.

Sabemos que o desenvolvimento sustentado e sustentável depende em grande medida do desenvolvimento cultural, científico e técnico que se constrói nos centros de cultura, conhecimento e investigação em que se têm transformado as verdadeiras Escolas de Ensino Superior. Mas se o conhecimento produzido ou transmitido não melhorar a qualidade de vida e não ajudar a diminuir o sofrimento das Pessoas, não faz sentido produzi-lo ou transmiti-lo.

De acordo com os Estatutos, falta-nos ainda definir as unidades científico-pedagógicas, de cariz orgânico. Na nossa perspectiva, para essas unidades científico-pedagógicas deve ficar consagrado o princípio da *autoridade pelo conhecimento*, valorizando um tipo de organização cognocrática, defendendo um modelo que privilegie a disciplinaridade e flexibilidade organizativa. Defendemos uma organização de "tipo matricial" que desenvolva autonomamente as actividades de

ensino/aprendizagem e de investigação *a partir de* competências científicas. Este modelo de organização implica necessariamente a adopção de *diferentes* "estilos de gestão" consoante o tipo de actividade em causa, incluindo uma "gestão descentralizada" para as actividades de investigação, e uma "gestão participativa" para as actividades de ensino/aprendizagem.

Caros estudantes.

Especialmente para vós e como última nota gostaríamos de abordar as razões que justificam uma vivência democrática em sociedade e numa escola de ensino superior. Acreditamos que só em liberdade, com responsabilidade e com envolvimento partilhado, conseguimos contextos facilitadores das aprendizagens, onde cada geração procurará que a seguinte a possa suplantar e onde cada pessoa busque incessantemente ascender ao sentido pleno da Vida.

Esta realidade que emerge de novos conceitos de educação é consequência de uma nova filosofia do desenvolvimento que vem iluminando os caminhos de uma nova ética humanista e solidária, associado a novos conceitos de cidadania e civilidade. Esta nova ordem obriga-nos a um desenvolvimento dos saberes e a um forte alargamento das liberdades, que são susceptíveis de um

crescimento e reprodução infinitos e fundamentais à construção de uma sociedade do futuro. Não partilhar os saberes e a liberdade, predispõe-nos a uma regressão generalizada com a conseqüente perda de humanidade.

O processo de aprender em liberdade e partilhando saberes ao longo de toda a vida, segundo Roberto Carneiro (2001), mantém a pessoa no centro dos processos e faz ressaltar duas necessidades distintas: a participação social e democrática e o desenvolvimento pessoal e cultural. Dito de outro modo, cada pessoa assume que **“Eu participo, logo existo”** e **“Eu compreendo, logo participo”**. *Participar* é um fundamento inequívoco da sociedade inclusiva e apela a que a pessoa aprenda para poder exercer plenamente os seus direitos e deveres, sociais e de cidadania. É um processo de habilitação, de *empowerment*, um processo fundamental para a não exclusão. *Aprender e compreender* vale sobretudo pelo que contribui para ganhar inteligibilidade sobre a vida e sobre o mundo, ultrapassando as abordagens estreitamente utilitárias dos saberes.

A necessidade de aprender deve surgir e satisfazer-se tão naturalmente como se respira, estruturando um novo contrato social que combine o **direito à educação** com o **dever de aprender continuamente** e ao longo de toda

a vida. Esta realidade conduz mais uma vez à mudança de paradigma de aprendizagem, onde o **aprender ensinado** se associa ao **aprender assistido** e ao **aprender autónomo**. Nesta dimensão eminentemente subjectiva os caminhos escolhidos para apreender e interpretar são inúmeros, desde o silêncio à observação participante e da leitura crítica ao debate qualificado.

É para que estes resultados pessoais e sociais aconteçam ao longo das nossas vidas que precisamos de escolas democráticas, também elas aprendentes, onde a participação de cada um com todos os outros se assume como exigência.

A nossa Escola encontra-se hoje numa fase crucial da sua trajectória.

No actual contexto nacional onde todos os portugueses e portuguesas tem direito à educação ... a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares ... ao respeito pelo princípio da liberdade de aprender ... queremos que a nossa Escola integre **todos** os jovens e adultos para quem a nossa forma de **SER** e de **FAZER** tenha sentido e contribuía para o desenvolvimento pleno e harmonioso da suas personalidades, incentivando a formação de cidadãos e cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana

do trabalho ... como uma mais valia para o seu sucesso pessoal (Lei de Bases do Sistema Educativo). Por tudo isto **queremos ser** uma Escola de Massas, mas **não queremos ser** uma Escola Massificada.

Aquilo que formos capazes de construir e consolidar nos próximos anos vai seguramente condicionar de forma muito marcante o futuro dos que nos vão suceder. Esperemos que, daqui por uns anos se possa dizer que esta é uma Escola de cidadãos e cidadãos que aprendem em conjunto e em liberdade ... a Escola da Modernidade e a Escola da Solidariedade.

Caros Estudantes e Caros Colegas,
Prezados Não Docentes
Senhoras e Senhores

É por tudo isto que numa cidade de tradição democrática onde os estudantes se têm assumido como vanguardistas de uma cidadania participativa e pró-activa, que hoje queremos, em conjunto, e num espaço de verdadeira democracia, partilhar solenemente a tomada de posse dos órgãos que vão governar a nossa Escola nos próximos anos ... com o **compromisso de uma vivência democrática.**

E depois deste enquadramento convido-vos a assistir à verdadeira aula que é uma **Aula de Prática Democrática**.

Obrigada pela vossa atenção.

Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, 9 de Outubro de 2006

Maria da Conceição Bento